

	Ativos		Passivos		Receitas	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Vigus Engenharia Ltda. (i)	-	-	(25)	(1.916)	-	-
ENORTE (ii)	5.860	5.364	-	-	585	-
DC Energia (iii)	3.461	1.587	-	-	295	-
EBRASIL S.A. (iii)	7.845	3.810	-	-	770	-
Antares Serv. e Partic. Ltda. (iii)	-	138	-	-	-	-
Ebrasil Energia Ltda. (iv)	114	1	-	-	-	-
EPASA (v)	-	-	-	-	-	7.547
Acionistas controladores	-	-	-	-	-	-
Total	17.280	10.900	(25)	(1.916)	1.650	7.547

(i) Refere-se a uma empresa ligada que foi utilizada para a realização da construção civil das usinas (basicamente folha de salário e encargos trabalhistas). (ii) Refere-se a empréstimos para capital de giro, remunerados desde a sua disponibilização por taxa de juros compatível com a do mercado financeiro (CDI + 4,5% a.a.) e venda de materiais de manutenção em setembro de 2012. (iii) Conforme "Instrumentos Particulares de Cessão de Créditos, Assunção de Dívidas e Outras Avenças", a Antares Serviços e Participações Ltda. cedeu os créditos que tinha a receber da Sociedade em troca de créditos a receber diretamente da Ebrasil Norte Geração de Energia Ltda. ("ENORTE"). (iv) Conforme "Instrumento Particular de Cessão de Créditos, Assunção de Dívidas e Outras Avenças", a Sociedade cedeu para a Ebrasil Energia Ltda. créditos a receber que detinha com a DC Energia cedendo em troca créditos a receber da sua controladora EBRASIL. (v) Refere-se à energia comercializada pela Sociedade para as usinas Termoparaliba e Termoparaliba (juntas EPASA), conforme Nota Explicativa nº 21.

	2012	2011
Receita de disponibilidade de energia elétrica	83.465	78.783
Receita de venda de energia elétrica	356.981	-
PIS e COFINS sobre o faturamento	(40.871)	(7.287)
	399.575	71.496

A Sociedade reconheceu receitas fixas e variáveis uma vez que houve despacho pelo ONS a partir de outubro de 2012. A receita fixa é atualizada na data base do reajuste tarifário de cada Distribuidora de energia, respeitado o prazo mínimo legal de 12 meses e é destinada para cobrir os custos fixos e eventuais custos associados à declaração de inflexibilidade. A parcela de receita variável corresponde ao produto do custo variável unitário pela diferença entre a energia verificada e a energia correspondente a declaração de inflexibilidade. Não cabe parcela variável às usinas que não são despachadas pelo ONS.

	2012	2011
19 Custos dos serviços prestados		
Óleo diesel (i)	(282.362)	(2.459)
TUST (ii)	(10.901)	(8.282)
Depreciação	(13.113)	(10.588)
Amortização do diferido	(2.332)	(2.332)
Recomposição do sistema (iii)	(3.393)	(1.425)
Mão de obra direta	(4.415)	(2.235)
Serviços e outros	(5.481)	(1.907)
	(321.997)	(29.228)

(i) A Sociedade precisou adquirir óleo diesel para cumprir com o despacho contínuo do ONS a partir de outubro de 2012 (Nota Explicativa nº 1). (ii) O principal custo recorrente refere-se ao valor pago para as transmissoras pelo uso das redes de transmissão, cobrados pela utilização das instalações e componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução da ANEEL. O custo é incorrido independentemente do despacho de energia pelas usinas e é atualizado anualmente com base em regras específicas. (iii) A compra de energia para reposição da venda acima da garantia física refere-se ao percentual de perdas entre as medições brutas, ou seja, entre os barramentos de 34,5kV e o centro de gravidade do sistema interligado nacional. Estas perdas são o somatório das perdas internas e do SIN e estão sendo compensadas mensalmente com a aquisição de contratos bilaterais de energia no mercado de curto prazo.

	2012	2011
20 Despesas administrativas		
Serviços contratados (i)	(3.510)	(3.573)
Pessoal administrativo (ii)	(1.814)	(1.489)
Taxas, incluindo P&D (iii)	(4.702)	(2.251)
Depreciação	(196)	(228)
Telefonia e serviços apoio	(447)	(486)
Outros, incluindo multas contratuais	(319)	(808)
	(10.988)	(8.835)

(i) Serviços contratados especialmente no escritório central da Sociedade, em Recife-PE. (ii) Corresponde a mão de obra própria principalmente no escritório central da Sociedade, onde está localizado o centro de serviços compartilhados do grupo. O volume de gastos administrativos específicos das usinas não é relevante. O aumento dos gastos reflete as contratações para melhoria dos controles e do ambiente de governança corporativa. (iii) Grande parte do saldo refere-se à parcela de P&D correspondente a 1% da receita operacional líquida de acordo com a Lei 9.991/2000, a qual objetiva incentivar a busca por inovações do setor elétrico nacional sendo R\$ 3.997 em 2012 e R\$ 715 em 2011.

	2012	2011
21 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Provisão para contingência (Nota Explicativa nº 15)	5.317	(12.861)
Ganho (perda) com lastro de energia para EPASA	-	6.848
Ganho (perda) com venda de sobras de materiais	-	(50)
Outros	79	216
	5.396	(5.847)

	2012	2011
22 Receitas (despesas) financeiras, líquidas		
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	267	231
Juros contratos de mútuos	1.635	1.534
Descontos obtidos	3	1
Juros e rendimentos	1.384	16
	3.299	1.782
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(15.404)	(18.148)
Juros sobre empréstimos	(1.979)	(2.265)
Juros e IOF sobre mútuos	(139)	(90)
Juros e multas pagos a fornecedores	(284)	(140)
Outros	(196)	(170)
	(18.002)	(20.813)
	(14.703)	(19.031)

	2012		2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	57.283	57.283	8.555	8.555
Adições (exclusões) permanentes	185	185	737	934
IRPJ e CSLL corrente	(11.850)	(4.275)	(3.694)	(1.338)
Incentivo Redução 75% IRPJ	9.971	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos (i)	(2.460)	(885)	1.369	484
Resultado IRPJ e CSLL	(4.339)	(5.160)	(2.323)	(854)
Alíquota efetiva	7,60%	9,00%	27,20%	10,00%

As alíquotas nominais são 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, embora a Sociedade esteja localizada em área incentivada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A Sociedade poderá reduzir em 75% o imposto de renda sobre o lucro da exploração pelo prazo de 10 anos a partir do ano-calendário do seu pleito. A Sociedade obteve o Laudo Constitutivo junto à SUDENE no exercício fiscal de 2012 e protocolando-o na Receita Federal em dezembro desse mesmo ano, passando então a usufruir desse benefício fiscal a partir do exercício de 2012. **24 Instrumentos financeiros.** A Sociedade revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; • Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Sociedade, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; • Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Sociedade e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo; • Empréstimos para capital de giro - o principal propósito desses instrumentos financeiros é gerar recursos para financiar as necessidades de fluxos de caixa no curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes para capital de giro da Sociedade com custos atrelados à CDI. • Debêntures não conversíveis - são recursos para a construção das usinas e estão classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Trata-se de instrumentos financeiros com características de financiamentos de projetos de infraestrutura, com custo financeiro de TR + 10% a.a. • Operação com derivativo para troca de taxa de juros (Swap) - A Sociedade possui instrumento de proteção com o objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial de captação em moeda estrangeira utilizando swap de dólar para CDI, sem nenhum caráter especulativo. Os ganhos e perdas dessa operação são compensados pelos ganhos e perdas do empréstimo em moeda estrangeira. Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31/12/2012 e 2011 são como segue:

	Categoria	2012		2011	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurado ao valor justo	1.337	1.337	3.423	3.423
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	289.855	289.855	11.318	11.318
Conta reserva serviço da dívida	Mensurado ao valor justo	7.462	7.462	7.673	7.673
Fornecedores	Mensurados ao valor justo	245.980	245.980	13.229	13.229
Empréstimos bancário	Mensurado ao custo amortizado	401	401	116	116
Debêntures	Mensurado ao custo amortizado	150.347	150.347	163.572	163.572
Swap / Compror	Mensurado ao custo amortizado	19.542	19.542	9.433	9.433

A Administração da Sociedade não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações contábeis em 31/12/2012 e 2011, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicação de caráter especulativo. **25 Gerenciamento de riscos.** A Administração realiza o gerenciamento à exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios. O principal negócio da Sociedade é a disponibilidade de usinas para geração de energia termoeletricitária, reguladas pela ANEEL. O Conselho de Administração possui responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento dos riscos associados aos negócios da Sociedade, sendo este gerenciamento realizado através do mapeamento dos riscos, definição de responsáveis, planos de ação, políticas internas formais, matrizes de aprovação e sistema de gestão integrado. As operações da Sociedade que estão sujeitas a fatores de risco são como segue: **a. Risco de liquidez:** Este risco decorre de uma eventual falta de capital para fazer frente às obrigações financeiras associadas aos seus passivos financeiros. Para minimizar tais riscos a Sociedade possui limites de crédito e gerencia os seus compromissos de curto e longo prazo, bem como, monitora rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor contábil	6 meses	6/dez meses	1/fev anos	3/mai anos	Mais que 5 anos
Debêntures	150.347	7.847	6.577	13.154	39.462	83.307
Empréstimos	19.943	19.943	-	-	-	-
	170.290	27.790	6.577	13.154	39.462	83.307

A previsibilidade de receitas e custos, associado à margem operacional dos negócios ao longo dos contratos de comercialização, permite o gerenciamento das sobras e necessidades de caixa com grande antecedência. A Sociedade também possui R\$ 7.462 em 31/12/2012 em conta reserva a serviço da dívida para eventuais problemas de liquidez que possam afetar esses pagamentos aos seus debenturistas, em conformidade com a Escritura de Emissão de Debêntures. **B. Risco taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e debêntures. Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Sociedade é:

	Saldo 31/12/2012
Instrumentos financeiros basicamente pré-fixados	150.347
Debêntures (10% a.a.)	-
Juros basicamente pós-fixados	-
Swap (100% CDI + 4,55% a.a.)	1.002
Compror (0,98% a.m. + Flat fee 1% da operação)	18.540
Empréstimos a receber de mútuos (100% CDI + 4,5% a.a.)	17.280

Como as receitas de prestação de serviços são ajustadas anualmente pela variação do IPC-A, isto serve como uma proteção natural para a exposição das debêntures à variação da Taxa Referencial - TR. Nos últimos dez anos a variação do IPC-A ficou acima da apresentada pela TR. No caso dos instrumentos financeiros pós-fixados os impactos não são relevantes ao ponto de deteriorar a margem da Sociedade no caso de uma oscilação do CDI, como demonstrado na análise de sensibilidade abaixo (considerando manutenção constante da alavancagem financeira):

	Exposição	Taxa base (*)	Alta 25%	Alta 50%
Empréstimos bancários a pagar	19.542	CDI	(1.524)	(1.905)
Empréstimos de mútuos a receber	17.280	CDI	1.347	1.684
Aumento no período contratual			(221)	(266)

(*) Variação projetada de 7,8% a.a. **c. Risco de taxa de câmbio:** A Sociedade possui operação envolvendo instrumento financeiro com uma instituição financeira sediada no país única e exclusivamente para trocar o indexador de empréstimo em moeda estrangeira pela variação do CDI, no mesmo montante do empréstimo em moeda estrangeira, prazos e sem quaisquer limitações ou gatilhos em relação à variação de taxas; ou seja, contratos de "swap" de fluxo de caixa. Sendo assim, a exposição relativa à captação em moeda estrangeira já se encontra coberto por uma aplicação financeira em swap (passivo 100% CDI mais

Dionon Lustosa Cantarelli Junior - Dir. Presidente	José Roriz Lustosa Cantarelli Junior - Dir. de Suprimentos	Maria do Socorro Ferreira Miranda - Contadora - CRC-PE 11.430.
Manuel Simões Gondim - Dir. de Controladoria	Luiz Alberto Minitti Amoroso - Dir. de Operações	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros e Diretores das Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA, Recife - PE. Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período em questão, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Enfase.** A Administração da Sociedade entende estar cumprindo com todas as obrigações acima e não tem conhecimento de qualquer manifestação pelo agente fiduciário de descumprimento de obrigações contratuais que configurem em antecipação da dívida, exceto pela condição circunstancial que lhe foi imputada pelo despacho contínuo do ONS desde outubro de 2012, o que motivou o não alcance temporário, em 31 de dezembro de 2012, do ICSD mínimo de 1,3x e de contratação de empréstimos em valor superior ao limite de R\$ 12.600 mil, tendo a Sociedade já comunicado o ocorrido, formalmente ao debenturista. Conforme comentado na nota explicativa 11, em 28 de fevereiro de 2013 a Sociedade efetuou novo cálculo do ICSD, tendo o mesmo ultrapassado o limite mínimo exigido chegando a 2,07x. No caso da contratação de empréstimos em valor superior ao limite máximo permitido, a Sociedade liquidou todos os valores contratados até 28 de fevereiro de 2013. Recife, 29 de abril de 2013. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 S-PE. João Alberto da Silva Neto - Contador CRC RS-048980/O-0 S-PE.

juros de 4,55% a.a.; ativo com o banco é Dólar PTAX venda mais juros linear de 4,40% a.a.), o que permitiu à Sociedade trocar o risco original da operação para o custo relativo à variação do CDI (já incluso no quadro anterior). Instrumentos financeiros derivativos **Saldo 31/12/2012**
Swap - plain vanilla (USD + 4,40% a.a. por CDI + 4,55% a.a.) 1.002
Em janeiro de 2013 o referido saldo foi liquidado em não existem quaisquer outros saldos em moeda estrangeira. **d. Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro.

A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis é: **Saldo 31/12/2012**
Contas a receber de clientes 289.855

Este risco é avaliado como baixo. O risco de inadimplência no recebimento das receitas é considerado baixo, embora as duas maiores distribuidoras contribuam com 27% e 16% do faturamento total. A concentração é atenuada por uma forte estrutura de garantia de pagamento, envolvendo Contratos de Constituição de Garantias com caução de receitas dos sacados suficiente para cobrir 1,5 meses, administradas por um bom gestor de primeira linha, assim como penalidades regulatórias impostas às distribuidoras inadimplentes, que tornam as compras de energia obrigatórias seniores para as distribuidoras. **e. Risco de aceitação de dívidas:** A Sociedade possui instrumento particular de debêntures com cláusulas restritivas ("covenants"), relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, manutenção de conta reserva e outros, os quais podem configurar a antecipação do pagamento da dívida. Essas cláusulas são monitoradas pela Sociedade e, quando aplicável, negociadas com o agente fiduciário, não limitando a capacidade de condução do curso normal das operações. **f. Risco especulativo:** A Sociedade não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos, e qualquer tipo de operação com este tipo de instrumento precisa ser previamente aprovado pelo Conselho de Administração. **g. Risco de gerenciamento de capital:** A política da Sociedade prevê a aplicação de recursos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A Sociedade também procura diversificar a sua carteira financeira em mais de uma instituição financeira. Todas as movimentações bancárias são aprovadas por dois procuradores que sejam de áreas distintas, administrativa ou operacional. **h. Risco matéria prima:** É o risco da Sociedade não dispor em tempo oportuno o combustível necessário para a entrada em operação a partir de despacho da ONS. O contrato de suprimento de combustível celebrado com a BR Distribuidora prevê a entrega nas usinas, a frete CIF (responsabilidade do remetente), por preço pré-fixado e atualizado com base na Portaria MME nº 112/2006. O prazo deste contrato é o mesmo dos contratos de comercialização das usinas, ou seja, até 31/12/2023. Este contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de 5 dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atender ao despacho. Esta cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17/04/2009. Sendo assim, a Sociedade possui capacidade de tancaçgem suficiente para armazenar combustível por 5 dias de geração. Já que o diesel é altamente precioso nas condições climáticas das usinas, a Sociedade gerencia este risco através da manutenção de um estoque mínimo de segurança, do acompanhamento do nível dos reservatórios e da lista das usinas termelétricas que estão sendo despachadas dentro da ordem de despacho por mérito e também através de um contato permanente com a BR Distribuidora. **26 Cobertura de seguros.** A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **27 Compromissos. Fianças bancárias.** A Sociedade possui os seguintes compromissos garantidos por avais (fianças):

Data de abertura	Data do vencimento	Valor	Favorecido	Beneficiário	Objeto
29/1/2010	1/7/2013	Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	Garantias regulatórias TUST	
31/3/2010	31/12/2020	Juízo de Direito da 10ª Vara Cível da Areva Transmissão e Comarca de Recife - Pernambuco	Distribuição de Energia Ltda.	Garantia judicial processo nº 0000154-212010.8.17.0001	
2/7/2012	3/7/2013	1.566	Companhia Hidroelétrica do São Francisco	Companhia Hidroelétrica do São Francisco	Cumprimento de obrigações principal e acessória, decorrente de pagamento dos encargos de conexão ao Sistema de Transmissão

Garantias para aquisição de óleo diesel para geração termelétrica - BR Distribuidora. Além dos avais e fianças, garantias aos empréstimos e debenturistas, a Sociedade penhorou eventuais contas a receber que advir de receita variável por despacho dos contratos CCEAR em favor da BR Distribuidora como garantia para eventuais aquisições de combustível para geração. **Compromissos com debenturista.** A Sociedade vem realizando reuniões periódicas com o debenturista (FI-FGTS) sobre a aquisição de equipamentos para cumprimento do projeto inicialmente aprovado. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 29 a Sociedade solicitou ao debenturista aguardar um posicionamento da agência reguladora no seu pleito de aumento da potência já instalada. Entretanto, em consequência do despacho contínuo do ONS desde outubro de 2012, a Sociedade adquiriu 59 novos grupos geradores, dos quais 9 já foram instalados e incorporados ao sistema de geração das usinas e os demais com previsão de serem instalados e comissionados até o final/05/2013. Dessa forma, a Sociedade atende plenamente a notificação do debenturista quanto à aquisição de 38 motores reserva e foram adquiridas 59 unidades. **28 Eventos subsequentes.** **Aquisição de motores reservas.** Em 28/02/2012 o debenturista notificou a Sociedade quanto à necessidade de aquisição pelo acionista controlador e capitalização dos 37 grupos geradores necessários, cujo investimento total estimado é R\$ 6.500. A Sociedade realizou reuniões com os debenturistas e agente fiduciário em 2012, e solicitou formalmente à ANEEL, em 2012, a potencialização dos grupos geradores atuais, com ajustes nas fichas técnicas dos grupos geradores aumentando de 450 kW cada para 480 kW, o que tornaria desnecessária a aquisição dos grupos geradores em referência, caso a resposta da ANEEL seja afirmativa. Até o momento, está se aguardando a resposta da ANEEL sobre a potencialização das usinas. Tendo em vista o despacho contínuo do ONS desde 27/10/2012, em fevereiro de 2013 a Sociedade adquiriu 74 (setenta e quatro) novos Grupos Geradores, sendo que 34 (trinta e quatro) já foram instalados e incorporados ao sistema de produção de energia das usinas, e os demais deverão ser instalados e comissionados até o final/06/2013. A nova configuração deverá proporcionar uma margem de reserva de 24% e, portanto, uma maior confiabilidade à geração de energia das usinas, e com objetivo de assegurar uma geração de 100% do nível contratado. A Sociedade também reconhece que as operações deverão ser beneficiadas pela experiência adquirida pelo despacho contínuo dos últimos meses.